

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 20 | Nº 60 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.14828357>



“CUIDANDO DOS OUTROS, DEIXANDO OS MEUS”:

A EXPERIÊNCIA DE MULHERES-MÃES NAS PROFISSÕES DE CUIDADO INFANTIL

Alice Maria Timbó Mororó¹

Garlana Lemos de Sousa²

Kaline da Silva Lima³

Karla Carneiro Romero⁴

Resumo

O cuidado infantil é historicamente associado ao gênero feminino, refletindo construções sociais que atribuem às mulheres a responsabilidade central pelo bem-estar e desenvolvimento das crianças. Este estudo investiga as experiências de mulheres-mães que atuam profissionalmente no cuidado de crianças de 0 a 5 anos, buscando compreender suas vivências nesse contexto. Os dados foram coletados por meio de Grupos Focais realizados em março e abril de 2024 e analisados com base na Análise Temática. Os resultados foram organizados em quatro categorias principais: (1) Desafios da Maternidade Solo; (2) Ser Mãe: Um Papel Construído Socialmente, com as subcategorias O Mito de Ser Mãe e O Sagrado Materno; (3) Conciliando Maternidade e Profissão: Desafios no Cuidado Infantil; e (4) Maternidade Além dos Limites: Mães Cuidadoras. O estudo revela a complexidade enfrentada por essas mulheres-mães em suas trajetórias profissionais, destacando desafios cotidianos e as estratégias adotadas para lidar com essa realidade. Identificou-se uma combinação de falta de reconhecimento e suporte adequado com a pressão para corresponder ao ideal de "boa-mãe", intensificando a sobrecarga emocional e física. As participantes relataram dificuldades para equilibrar carreira e as expectativas sociais de cuidado ideal, configurando uma tripla jornada que envolve trabalho profissional, atividades domésticas e cuidado infantil. Os achados apontam para a necessidade de pesquisas que valorizem a perspectiva dessas mulheres e ressaltam a importância de oferecer suporte psicológico, além de reconhecer suas lutas e desafios.

Palavras-chave: Cuidado Infantil; Grupo Focal; Maternidade; Mulheres; Sobrecarga Emocional.

Abstract

Childcare has historically been associated with the female gender, reflecting social constructions that assign women primary responsibility for children's well-being and development. This study investigates the experiences of women-mothers working professionally in childcare for children aged 0 to 5, seeking to understand their lived realities in this context. Data collection was carried out through Focus Groups conducted in March and April 2024, and analysis followed the Thematic Analysis method. The results were organized into four main categories: (1) Challenges of Single Motherhood; (2) Being a Mother: A Socially Constructed Role, with the subcategories The Myth of Motherhood and The Sacred Mother; (3) Balancing Motherhood and Profession: Challenges in Childcare; and (4) Motherhood Beyond Limits: Caregiving Mothers. The study reveals the complexity faced by these women-mothers in their professional journeys, highlighting everyday challenges and the strategies adopted to manage this reality. A combination of inadequate recognition and support, along with the pressure to meet the ideal of the "good mother," was identified, intensifying emotional and physical overload. Participants reported difficulties in balancing their careers with social expectations of ideal caregiving, configuring a triple burden involving professional work, domestic tasks, and childcare. The findings point to the need for research that values the perspectives of these women and emphasize the importance of providing psychological support, as well as recognizing their struggles and challenges.

Keywords: Childcare; Emotional Overload; Focus Group; Motherhood; Women.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: alicemariatmm@gmail.com

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: garlanalemos@gmail.com

³ Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Doutora em Psicologia Social. E-mail: kalinelima8@gmail.com

⁴ Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Psicologia. E-mail: karlacarneiropsi@gmail.com



INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, a maternidade segue constituindo um fenômeno social intrinsecamente atravessado pelas desigualdades de gênero, sendo considerado uma subjetivação identitária à construção cultural do ser mulher. É intrínseco a esse processo a atribuição cultural do cuidado como uma responsabilidade inerente às mulheres. Nesse contexto, com o advento do capitalismo, houve uma segmentação das mulheres em profissões predominantemente ligadas ao cuidado de terceiros, o que resultou no fenômeno denominado feminização das profissões de cuidado.

Ressalta-se que essas mulheres assumem uma dupla jornada do cuidado, se tornando responsáveis no âmbito familiar e profissional. É relevante destacar que, ainda com a consolidação do sistema capitalista, as mulheres foram predominantemente inseridas em profissões relacionadas ao cuidado infantil. Diante disso, há a concepção cultural marcante de que se a mulher é capaz biologicamente de gerar, somente ela é capaz de cuidar, tal cuidado não se restringe unicamente a sua prole. Nesse âmbito, as mulheres profissionais do cuidado infantil são frequentemente percebidas como substitutas da figura materna, desempenhando um papel simbólico de continuidade do cuidado maternal para as crianças sob sua tutela.

Embora o fenômeno seja comum nos lares brasileiros, revela-se uma escassez de estudos e artigos voltados especificamente para a experiência de mulheres-mães que ocupam profissões de cuidado infantil no Brasil. A maior parte das investigações concentra-se no papel da mulher-mãe no ambiente de trabalho de forma mais ampla. Assim, identificou-se uma lacuna na literatura que destaca a condição das mulheres que enfrentam a dupla jornada de trabalho, ambas relacionadas ao cuidado.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é compreender a experiência de mulheres que são mães e atuam como cuidadoras de crianças entre 0 meses e 5 anos de idade. A investigação partiu do pressuposto de que essa vivência é marcada por exaustão, estando profundamente ligada à atuação feminina em profissões de cuidado, construída historicamente, culturalmente e socialmente.

O instrumento de coleta de dados empregado na pesquisa consistiu em um grupo focal, realizado em um único encontro com duração de duas horas. A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise Temática, a qual resultou na identificação de quatro categorias, sendo que a segunda categoria foi subdividida em duas subcategorias.

O texto está estruturado em seções, conforme descrito a seguir: introdução, referencial teórico-conceitual, procedimentos metodológicos, resultados e discussão e considerações finais. No referencial teórico-conceitual é abordado literatura clássica e pesquisas contemporâneas sobre estudos de gênero, maternidade e sexismo, com o propósito de compreender a construção histórica, social e cultural



envoltos em tais fenômenos. Os resultados e as discussões foram organizados com base nos tópicos mais abordados no grupo focal, direcionando-se progressivamente para a questão central da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A maternidade é um fenômeno social atravessado pela desigualdade de gênero ao longo dos séculos. Nas sociedades rurais, por exemplo, as mulheres eram exaltadas por seu “papel natural” de maternar, limitando-se à criação dos filhos como uma responsabilidade exclusivamente feminina (NIEMISTÖ *et al.*, 2021; SCAVONE, 2001). Com a chegada da Idade Média na Europa, a estrutura familiar das elites passou a atender interesses econômicos, por meio de casamentos arranjados. Nesse contexto, as mulheres e crianças tornaram-se subordinadas ao marido/pai, e o cuidado infantil foi delegado às camponesas, enquanto a maternidade não recebia a mesma valorização (GRADVOHL *et al.*, 2014; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2021).

A transição para o capitalismo e a ascensão da burguesia, nos séculos XVII e XIX, marcaram a distinção entre os espaços público e privado, atribuindo ao Estado a responsabilidade pelas atividades de produção e à família o papel de sustento e reprodução. Essa separação consolidou papéis sociais, com a mulher dedicada ao lar e ao cuidado da família, e o homem como provedor (SCAVONE, 2001; SILVA, 2023). Esse período trouxe uma nova valorização do papel materno, cabendo à mulher o cuidado e a amamentação dos filhos (GRADVOHL *et al.*, 2014). De tal forma, Winnicott (2013), apresenta o conceito de maternagem como a disponibilidade psíquica da mãe para além das necessidades básicas do bebê.

Em 1760, os meios de comunicação da época começaram a normatizar os cuidados que a mulher deveria adotar, estabelecendo a amamentação como um dever materno. Zanello (2023) observa que, nessa época, a maternidade foi vista como uma característica inata do feminino, reforçando a ideia de que apenas as mulheres eram aptas ao cuidado infantil. Como resultado, o mito do “instinto materno” sustentou o ideal da “boa-mãe”, caracterizado pelo amor incondicional ao filho e pela tutela moral e espiritual da família (BADINTER, 1985).

Com a ascensão do cristianismo, a maternidade adquiriu uma dimensão religiosa, tomando Maria, mãe de Jesus, como modelo de cuidado ideal. A maternagem foi atribuída culturalmente às mulheres como um papel sagrado, marcado pela felicidade plena, exaltação e sacrifício (BEHAR, 2018; SCHULER, 2021). No século XIX, os termos “mulher-mãe” e “rainha do lar” consolidaram essa expectativa, e as mulheres passaram a buscar se enquadrar nesses atributos (FREIRE, 2008; SILVA,



2023). Assim, a maternidade tornou-se o primeiro espaço de pertencimento social para as mulheres, atendendo ao interesse do Estado no crescimento populacional (ZANELLO, 2023).

A industrialização e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, já no século XIX, trouxeram mudanças nos padrões de maternidade, consolidando o conceito de "dupla jornada" no século XX (NIEMISTÖ *et al.*, 2021; SCAVONE, 2001). Embora as mulheres ocupassem cada vez mais o espaço público, eram direcionadas para profissões voltadas ao cuidado, como professoras e enfermeiras (CAMARGO *et al.*, 2018; SCHMIDT *et al.*, 2023). O recorte racial se torna evidente nesse contexto: mulheres negras, inseridas forçadamente no trabalho durante a escravidão, continuaram ocupando posições de subserviência como empregadas domésticas e babás (DAVIS, 2016; ZANELLO, 2023).

Hoje, a feminização das profissões de cuidado reflete-se na precarização das condições de trabalho e na depreciação salarial, com a expectativa de que essas funções sejam exercidas por "realização pessoal", sem grande recompensa (BERGER *et al.*, 2020; ZANELLO; PORTO, 2016). A divisão sexual do trabalho também intensifica a "jornada extra", na qual as trabalhadoras enfrentam a pressão de equilibrar as demandas familiares e profissionais, vivenciando a imposição do papel de "boa mãe" (COSTA, 2018; HINATA, 2010; SPINDOLA; SANTOS, 2003). Além disso, o determinismo biológico ainda é usado para justificar a suposta "inaptidão" feminina no trabalho, refletindo-se na hesitação de contratar mulheres devido ao potencial afastamento por licença-maternidade (AGUIAR *et al.*, 2023; BERGER *et al.*, 2020).

Correspondendo a demandas neoliberais, a maternidade tem sido vista como uma performance altamente individualizada (SCHMIDT *et al.*, 2023). Atualmente, a vivência feminina é frequentemente descrita como uma "tripla jornada", onde as mulheres são responsáveis por si mesmas, pelo trabalho externo e pela maioria das atividades domésticas e de cuidado infantil (GIL, 2021; MOTA-SANTOS *et al.*, 2021). Para aquelas que vivenciam a monoparentalidade (ANGARITA, 2024), o acúmulo de responsabilidades é ainda mais intenso. A falta de rede de apoio gera sobrecarga física e mental, levando a um cenário de exaustão (CÉ, 2024; DOR, 2021; SILVA, 2024; ROLIM *et al.*, 2021; SOUZA; CALZAVARA, 2023).

Com base nesse percurso histórico, a concepção sociocultural da maternidade pode ser definida por meio de normas sociais e regras implícitas de comportamento e sistemas de significado compartilhados coletivamente, como o patriarcado e o sexismo (SCHMIDT *et al.*, 2023). Em uma sociedade machista, patriarcal e misógina, normatiza-se que atividades relacionadas ao cuidado sejam responsabilidade das mulheres, o que resulta em uma carga desproporcional de tarefas. Essa expectativa social impõe às mulheres uma sobrecarga de responsabilidades, frequentemente sem o devido reconhecimento ou apoio.



As normas contemporâneas de maternidade estão relacionadas a cinco tipos de mães: as normas de estar atenta à criança (mãe presente), de garantir o desenvolvimento bem-sucedido da criança (mãe voltada para o futuro), de integrar o emprego à maternidade (mãe trabalhadora), de estar no controle (mãe pública) e de estar contente (mãe feliz), conforme a extensa revisão de Schmidt *et al.* (2023). Essas pressões normativas sobre as mães para se conformarem a papéis idealizados, levam a uma dissonância emocional entre as experiências pessoais e as expectativas sociais da maternidade (MUKHERJEE, 2023).

METODOLOGIA

A pesquisa contou com a participação online de cinco mulheres cisgênero e heterossexuais, com idades variando entre 23 e 50 anos, que exerciam funções como profissionais do cuidado infantil, atendendo crianças de 0 a 5 anos, e eram mães de filhos com até 10 anos. A seleção das participantes foi realizada por meio de um formulário de pré-inscrição, utilizando da plataforma virtual *Google Forms*, com o objetivo de identificar o público-alvo e garantir a aderência aos critérios de inclusão da pesquisa: ser mulher, mãe, maior de 18 anos, heterossexual, profissional do cuidado infantil para crianças de 0 meses a 5 anos e mãe de filhos com até 10 anos. Além disso, o formulário também visava caracterizar as participantes com relação a variáveis como idade, sexo, orientação sexual, estado civil, número de filhos, idades dos filhos, profissão, religião e classe socioeconômica.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi o grupo focal on-line, via plataforma *Google Meet* (AKYILDIZ; AHMED, 2021; KITZINGER, 2000). O grupo focal se caracteriza como uma forma de entrevista em grupo baseada na interação e comunicação entre os participantes. Esse método visa obter informações detalhadas sobre um tema específico, buscando compreender percepções, crenças e atitudes (WILLEMSSEN *et al.*, 2023; TRAD, 2009). A pesquisadora assumiu a posição de mediadora, criando um ambiente propício para que as participantes compartilhassem suas percepções e experiências (MINAYO, 2014). Para esse fim, foi formulada a questão disparadora: “O que é ser mulher e mãe que atua no cuidado infantil?”.

Procedimentos de coleta de dados

O recrutamento das participantes se deu pela estratégia *Snowball*, sendo a amostra gerada de forma espontânea, com a colaboração voluntária dos membros iniciais e daqueles que se juntaram posteriormente por meio das redes sociais (COSTA, 2018), como *Instagram*, X (anterior *Twitter*),



Facebook e WhatsApp. Foi divulgado um cartaz com informações gerais acerca da pesquisa e contendo os critérios necessários para participação, além de um *link* de acesso para a pré-inscrição no *Google Forms*.

No convite apresentado às participantes, foram detalhados o objetivo da pesquisa, a natureza voluntária da participação e o compromisso com a privacidade e o anonimato das respostas. As participantes interessadas em prosseguir deveriam, de forma on-line, ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme orientam as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, no dia do encontro do Grupo Focal. Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), sob o parecer nº 6.742.105. Além disso, as informações sobre a pesquisa e os esclarecimentos éticos foram fornecidos tanto na etapa de coleta on-line quanto presencialmente.

Análise dos dados

Para a análise dos dados, foi utilizada a Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006; 2023), reconhecida por sua liberdade teórica, que oferece um instrumento de pesquisa útil e flexível, capaz de proporcionar dados detalhados e ricos. Após a realização do Grupo Focal on-line, o encontro foi transcrito, e os temas presentes nas falas das participantes foram identificados, dando início à análise dos dados em diálogo com a literatura sobre o tema proposto. O processo de identificação e revisão dos temas contou com a participação de três juízas.

Assim como destacado por Rosa e Mackedanz (2021), a Análise Temática de Braun e Clarke (2006; 2023) e Clarke e Braun (2016) compreende seis etapas: 1) familiarização com os dados por meio de transcrição e revisão; 2) codificação sistemática de aspectos relevantes dos dados; 3) os dados codificados são agrupados em possíveis temas; 4) os temas são revisados e é elaborado um mapa temático; 5) os temas são definidos e nomeados; 6) consiste na análise final dos trechos selecionados, relacionando-os à questão de pesquisa e à literatura pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pré-inscrição no Grupo Focal foi realizada por meio de um formulário on-line, no qual as mulheres interessadas responderam às seguintes perguntas: “Como gostaria de ser chamada?”, “Qual sua idade?”, “Qual seu número de WhatsApp?”, “Qual seu e-mail?”, “Você é mãe?”, “Quantos filhos você tem?”, “Qual a idade dos seus filhos?”, “Atualmente, você está atuando como profissional do



cuidado infantil de crianças de zero meses a cinco anos?” e “Em qual profissão do cuidado infantil você atua?”. Inicialmente, dezenove mulheres realizaram a inscrição, porém oito não atendiam aos critérios de inclusão: uma respondeu "não" à pergunta “Você é mãe?”, e sete tinham filhos com idade superior a dez anos.

Todas as inscritas foram contatadas. Para aquelas que não cumpriram os critérios de inclusão, foi enviada uma mensagem agradecendo o interesse e explicando brevemente os motivos da não continuidade no grupo. Às demais, foi encaminhada uma mensagem de agradecimento acompanhada do link para o Questionário Sociodemográfico. Das onze mulheres que atendiam aos critérios de inclusão, todas demonstraram interesse em participar da pesquisa, mas apenas sete responderam o Questionário Sociodemográfico e, destas, cinco compareceram ao encontro do Grupo Focal. Para preservar a identidade das participantes, todas receberam nomes fictícios inspirados em personagens de mães da literatura nacional.

As idades das participantes variaram entre vinte e três e cinquenta anos, e todas se identificaram como heterossexuais. Quanto ao vínculo empregatício, todas estavam empregadas em profissões relacionadas ao cuidado infantil, distribuídas entre auxiliar de professora (n = 2), cuidadora de crianças com necessidades especiais (n = 1) e professoras da educação infantil (n = 4).

Em relação à etnia e raça, seis se declararam pardas e uma branca. Sobre a religião, duas se declararam católicas, uma cristã, uma protestante/evangélica, uma espírita, uma ateia e uma preferiu não responder. Quanto à escolaridade, cinco tinham ensino superior incompleto, uma tinha pós-graduação completa e uma tinha pós-graduação incompleta. Sobre a renda familiar, quatro relataram renda de dois a quatro salários mínimos, duas tinham renda de até dois salários mínimos e uma recebia entre quatro e dez salários mínimos.

As participantes foram identificadas pelos nomes fictícios Vitória, Lola, Glória, Tiana e Ângela, inspirados em mães representativas da literatura nacional (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização Sociodemográfica das Participantes

Nome	Idade	Profissão	Idade do (s) Filho (s)
Vitória	50 anos	Professora da Ed. Inf	10 e 12 anos
Glória	32 anos	Professora da Ed. Inf	9 anos
Tiana	48 anos	Professora da Ed. Inf	7 anos
Lola	40 anos	Cuidadora	18, 12 e 3 anos
Ângela	23 anos	Auxiliar de Prof. ^a	3 anos

Fonte: Elaboração própria.

O material textual obtido a partir das falas do grupo focal foi organizado em quatro categorias. A primeira - *Os Desafios da Maternidade Solo* - aborda as adversidades enfrentadas na maternidade,



incluindo o sacrifício e a renúncia impostos às mulheres em favor dos filhos, além da ausência de uma rede de apoio.

A segunda categoria - *Ser Mãe: o papel construído socialmente* - refere-se à construção cultural da maternidade ao longo dos séculos e à definição dos papéis sociais associados à função de cuidar. Devido à riqueza de informações, essa categoria foi subdividida em duas subcategorias: *O Mito de Ser Mãe* e *O Sagrado Materno*.

A terceira categoria - *Conciliando Maternidade e Profissão: Desafios no Cuidado Infantil* - explora a interseção entre maternidade e profissão, enfatizando a desvalorização do trabalho de cuidado realizado por essas mulheres. Além disso, destaca os desafios enfrentados por elas ao tentar equilibrar o cuidado infantil profissional com o cuidado de seus próprios filhos, o que frequentemente as leva a terceirizar o cuidado dos filhos para poderem exercer sua profissão.

Por fim, a quarta categoria - *Maternidade Além dos Limites: mães cuidadoras* - discute a experiência dessas mães que precisam deixar seus filhos em casa para cuidar dos filhos de outras mulheres. Essa análise inclui reflexões sobre as dinâmicas familiares, os desafios emocionais e as questões sociais relacionadas a esse contexto. A seguir cada categoria temática é apresentada e discutida.

Os Desafios da Maternidade Solo

Essa categoria tem como propósito abordar os desafios enfrentados pela maioria das participantes, que são mulheres e mães em uma maternidade solo, sem a participação paterna. Além de discutir esses desafios, serão apresentadas algumas estratégias de enfrentamento utilizadas por elas para lidar com suas rotinas e continuar desempenhando o papel de mãe. Também emergiram os aspectos de renúncia e sacrifício que essas mães enfrentam, sempre visando o bem-estar dos filhos.

Entre as dificuldades, a maioria das mulheres destacaram que ter que aprender a ser pai, ou o “homem da casa”, foi um desafio árduo e entristecedor, a exemplo da fala: “Eu tive que me tornar pai porque eu fui mãe e pai. Então, o grande desafio da minha primeira filha, da minha primeira maternidade foi isso, me tornar pai” (Lola, 40 anos).

Nesse sentido, Silva (2024) compreende a família monoparental como um rompimento da expectativa gerada socialmente sob a estrutura mãe-pai-filho. Por muito tempo, a monoparentalidade ocupou um lugar social de fracasso pessoal, na contemporaneidade esse fenômeno vem tomando outra percepção. Por exemplo, se observa a monoparentalidade como um meio para dar fim à relação conjugal não saudável e assumir solitariamente a responsabilidade parental.



O fenômeno monoparental conquista um local social de discussões e debates, visto que o local de mãe solo era apenas ocupado por viúvas ou mães que exerciam a maternagem sem a presença do homem e, agora, é ocupado também por mulheres divorciadas (ROLIM *et al.*, 2021). Ademais, a monoparentalidade se caracteriza quando um dos genitores exerce solitariamente a titularidade do funcionamento familiar. A monoparentalidade vem sendo compreendida, cada vez mais, como uma escolha (ANGARITA, 2024; SILVA, 2024), como compartilhado por Lola:

Foi uma escolha minha ser mãe solo, porque eu não queria conviver com ele após o nascimento da minha filha por muitos motivos aí. Quando eu decidi, que eu ia viver a minha gravidez, a minha gestação bem e pra viver em paz, como eu decidi que ia ter uma gestação tranquila, eu saí de casa, fui pra casa dos meus pais, cheguei na casa dos meus pais grávida e fui muito bem recebida, tive total apoio deles. E, como eu lhe disse, eu tive o apoio dos meus pais, vivi a minha gestação e os três primeiros anos da minha filha aqui (Lola, 40 anos).

A maternidade solo se destaca quando abordamos a monoparentalidade. Assim, a expressão mãe-solo tem se difundido com o propósito de ressignificação do local ocupado pelas mulheres-mães dentro do funcionamento monoparental. A utilização do termo mãe-solteira repercutia pejorativamente, visto que, advém do controle social presente na estrutura patriarcal da sociedade, na qual se concebe a maternidade como um mecanismo de subordinação dos papéis de gênero (SILVA *et al.*, 2019).

Entrelaçado com a experiência da maternidade solo, Rolim *et al.* (2021) define rede de apoio social como a assistência de sistemas e sujeitos, que visam oferecer suporte e reforço às estratégias de enfrentamento do indivíduo diante de circunstâncias intrínsecas da vida, podendo abranger a família, os amigos, relações comunitárias e serviços de saúde. Diante disso, as participantes destacaram como a ausência das redes de apoio afeta suas vivências, como exemplificado por Ângela:

Eu não tenho com quem contar, eu sempre tenho que tá pedindo ajuda a alguém, eu não posso contar com o pai dela, entendeu? Porque ele diz que fica, porém, quando chega assim no dia, aí acontece alguma coisa. [...]É bem complicado, assim, a respeito mais da falta da rede de apoio, né? (Ângela, 23 anos).

A insuficiência das redes de apoio no processo de maternagem dessas mulheres repercute significativamente na conciliação da tripla jornada de trabalho. Assim, resulta na sobrecarga feminina, visto que, há uma construção social do papel de “boa-mãe” que impõe a renúncia de si em prol do cuidado com o filho (SPINDOLA; SANTOS, 2003), como exemplificado por Lola: “Eu tive renúncias como todo mundo, como eu disse, criei ela sozinha até os 3 anos, e eu renunciei todas as outras coisas pra ficar com ela até os 3 anos, mesmo sozinha” (Lola, 40 anos).



A fala da participante é marcada pela presença do ideal materno, caracterizado pela abnegação e a devoção ilimitada (SPINDOLA; SANTOS, 2003). Assim, como pontuado pelas falas: “Eu cheguei a passar fome pra estar com ela nos braços, e não me arrependo nenhum só segundo, se tivesse de fazer, eu faria tudo de novo” (Vitória, 50 anos) e “Nós sofremos muito, muito, muito, mas eu não me arrependo, nem por um segundo, faria tudo de novo pela minha filha. E nada que eu faça por ela, eu me arrependo” (Glória, 32 anos).

A mãe é capaz de levar uma vida de sofrimento, objetivando assegurar o cuidado e o bem-estar do filho (DOR, 2024; WELS, 2020). Em razão de, socialmente, o título de “boa-mãe” ser concedido para aquelas que possuem um amor incondicional e seriam capazes de tudo por sua prole (MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2021; GRADVOHL, 2014).

Dessa forma, os desafios enfrentados pelas mães solo evidenciam uma sobrecarga emocional, social e econômica marcada pela ausência de redes de apoio e pela necessidade de conciliar a tripla jornada de trabalho. No entanto, essas mulheres ressignificam o papel de mãe solo, rompendo com estigmas sociais e reafirmando sua autonomia na criação dos filhos.

Ser Mãe: o papel construído socialmente

429

Nesta categoria são abordados os fenômenos culturais que influenciam a construção da maternidade ao longo dos anos, destacando o papel que a maternagem desempenha na vida das participantes. As falas das entrevistadas mencionam o impacto do mito do amor materno em suas vivências, além de evidenciar o vínculo entre religião e maternagem na experiência dessas mulheres-mães.

O Mito de Ser Mãe

Esta subcategoria emergiu das falas das participantes sobre o sonho de ser mãe, a forma como a maternidade foi inserida em suas vidas, o papel das representações sociais e as influências que moldam a maternagem. Essas questões são evidenciadas em falas como: “Ser mãe vem em primeiro lugar antes de qualquer outra coisa e, as renúncias que eu fiz, eu não me arrependo, não sinto falta, sou feliz sendo mãe, graças a Deus” (Lola, 40 anos), e “A maternidade me amadureceu porque me fortaleceu, mostrou que nós mulheres somos muito capazes. Além de você ter um filho, que você tem que cuidar, que ele depende 100% de você, que você é o homem e a mulher da casa” (Vitória, 50 anos).



Os relatos de Vitória e Lola destacam a centralidade da maternidade em suas vidas, bem como o papel da abdicação e da renúncia pessoal, um tema recorrente entre outras participantes. Segundo Behar (2018), mulheres-mães frequentemente sacrificam suas próprias vontades e questões pessoais para atender às demandas da família e dos filhos, devido à relevância social atribuída ao status de “boa-mãe”. O mito do instinto materno reforça um papel coadjuvante para as mulheres em suas próprias vidas, promovendo a ideia de que o amor pelos filhos deve protagonizar suas experiências (CÉ, 2024; SILVA, 2024), como exemplificado na fala: “Eu tinha uma vida completamente vazia e ela se preencheu. Na gravidez, ela já se preencheu. Tudo era a Maria e até hoje é. Ela tem dez anos e ela continua sendo” (Glória, 32 anos).

Ser uma “boa-mãe”, construído da perspectiva patriarcal, está entrelaçado a aspectos idealizados, tais como sacrifício, amor incondicional e disponibilidade completa. Esses aspectos são dificilmente abandonados, visto que, a função do ser mãe é um elemento culturalmente forte, sendo imposto como identitário e inerente ao ser mulher (ZANELLO, 2023). Ainda que haja a presença de movimentos que questionam a manifestação do papel do ser mulher dentro da função de ser mãe, é percebido uma constante exaltação da maternidade como um local que detém um amor incondicional, de um teor santificado e sagrado (SOUZA; CALZAVARA, 2023).

A fala de Tiana, 48 anos — “A teoria é muito legal, né? Mas quando você vê na prática, a prática é bem complicada, são renúncias” — refere-se à influência da romantização da maternidade em sua vivência e ao confronto de sua maternagem com as expectativas sociais idealizadas, resultando em renúncias pessoais. Nesse contexto, observa-se que o papel de mãe é, tanto midiaticamente quanto culturalmente, retratado como intrinsecamente ligado à felicidade, reforçando uma imposição cultural que estabelece que “maternidade e felicidade andam juntas como uma incontestável díade no mundo da mulher” (SOUZA; CALZAVARA, 2023, p. 191).

Lola reforça, por meio de sua fala, que mesmo em meio às adversidades e a quebra da idealização do ser mãe, a felicidade e a gratidão de ter seus filhos anulam o sofrimento vivenciado. E que, como mãe, seu papel é superar as dificuldades em prol do bem-estar da prole:

A minha gestação, eu ser mãe... É gratificante. Todos os dias, quando eu acordo e vejo meus filhos, eu acordo por eles, eu batalho por eles diariamente, então pra mim é só, não é o que a gente sonhou, não é um sonho, né, na verdade é uma realidade. Às vezes dura, mas a gente supera todos os dias (Lola, 40 anos).

Essa subcategoria evidencia como o mito de ser mãe molda as vivências das participantes, que, mesmo confrontando as idealizações e as renúncias impostas pela maternagem, encontram na



maternidade um sentido de propósito e realização. O discurso predominante reforça que a maternidade experienciada é fortemente influenciado pelo papel cultural e social atribuído às mulheres-mães.

O Sagrado Materno

Esta subcategoria aborda a significativa influência do cristianismo na vida das entrevistadas, evidenciando como o aspecto religioso permeia a maternidade e o processo de maternagem. A religião emerge como um pilar central para essas mulheres-mães, com a figura de Deus sendo frequentemente mencionada como o maior apoio e fonte de suporte em suas jornadas. Além disso, destaca-se a visão cristã que enaltece a maternidade e a chegada dos filhos como uma bênção divina: “Meu maior apoio, no momento que eu mais precisei, foi Deus e quando eu estava acabada, eu sentava no canto e dizia Senhor, me dá força, porque ela está ali e eu não tenho de onde... pra onde correr” (Vitória, 50 anos).

A fala de Vitória reflete o papel da fé cristã como uma estratégia de enfrentamento diante da sobrecarga gerada pela maternagem, que é compreendida não apenas como o atendimento das necessidades básicas da criança, mas também como a disponibilidade psíquica da mãe para com o filho (WINNICOTT, 2013). Embora, na contemporaneidade, o papel da maternagem tenha sido gradualmente compartilhado com os homens, as mulheres ainda permanecem como as principais cuidadoras dos filhos (GRADVOHL *et al.*, 2014; NIEMISTÖ *et al.*, 2021). Esse acúmulo de funções contribui para uma sobrecarga psicológica significativa.

Na fala das participantes, também se percebe a profunda compreensão acerca do que é ser mãe, e as superações intrínsecas a esse papel: “Eu entendi que, por eu gostar, eu querer tanto ser mãe [...] Eu acho, que eu tinha sido, que era o momento e aquela pessoa tinha vindo a minha vida pra me mostrar que eu era capaz de superar toda aquela dificuldade” (Vitória, 50 anos). A participante relatou acreditar que Deus havia colocado um homem em seu caminho com o propósito de realizar seu sonho de ser mãe. Porém, durante a gestação, o pai de seu filho a abandonou. Dessa forma, ela vivenciou os meses restantes da gravidez sem o apoio paterno. Assim, Vitória afirmou que essa situação ocorreu para evidenciar que, mesmo diante de muito sofrimento, ela conseguiria suportar todos eles.

Na fala de Vitória, há um entrelaçamento significativo entre cristianismo, maternidade e sacrifício. Expressando, assim, a concepção cristã de que o sofrimento se faz necessário para ressignificar experiências e ter êxito, como exemplificado na fala de Vitória, que suportou adversidades por amor à sua filha. Diante disso, se tem como principal figura materna cristã a mãe de Jesus. Maria simboliza não só o ideal do ser mãe, mas, também, o sacrifício, a passividade e a dor inerentes ao ser mulher (SCHUDLER, 2021).



Se compreende que, para o cristianismo, a maternidade está intrinsecamente relacionada a suportar, e até mesmo transcender, as dores e dificuldades da maternagem. Ademais, as participantes destacaram que a concepção de uma criança é percebida como uma benção, como dito por Tiana: “É uma benção de Deus e é tanto que já, bem assim, já tarde, como para algumas pessoas, eu quando tive minha filha já estava com 40 anos” (Tiana, 48 anos).

É exemplificado, também, que a possibilidade de ser mãe é considerada muito positiva e abençoada, mesmo que haja adversidades para a mulher: “E é bem desafiador, mas assim, eu não desistiria, eu não incentivo a nenhuma pessoa que queira ser mãe a abdicar desse dom que Deus nos deu, que é maravilhoso” (Vitória, 50 anos) e “Eu passei por isso três vezes e, assim, graças a Deus fui abençoada” (Lola, 40 anos).

As falas de Tiana, Lola e Vitória ressaltam a percepção da mulher-mãe como figura divina, considerando o nascimento de cada filho como uma dádiva. Como Maria (mãe de Jesus), essas mulheres-mães devem doar suas vidas para o bebê que está em seu ventre. Consolida-se culturalmente um modelo sagrado de feminilidade. Diante disso, ocorre um processo de beatificação do ser mulher-mãe, pois há a imposição da maternidade como uma função sagrada e da mulher como redentora da humanidade. Essa perspectiva impõe, nas mulheres-mães, uma grande responsabilidade, conferindo a elas um caráter de santidade (SCHUDLER, 2021).

Conciliando Maternidade e Profissão: Desafios no Cuidado Infantil

A terceira categoria aborda a interseção entre maternidade e profissão, destacando, segundo as falas das participantes, a desvalorização das profissionais do cuidado infantil. Também foi salientado as dificuldades inerentes ao duplo papel de cuidadora, e a dor vivenciada por essas mulheres-mães. Visto que, por vezes, há a necessidade de terceirizar o cuidado dos próprios filhos, de modo que, se dediquem profissionalmente ao cuidado de outras crianças:

Eu digo - eu acho que não é justo vocês fazerem uma pergunta dessa para nós, que somos profissionais, que cuidamos do filho de vocês, sabendo que a gente deixou o nosso em casa, que a gente podia estar cuidando do nosso filho, mas a gente está aqui dedicando nosso tempo ao filho de vocês (Lola, 40 anos).

A fala de Lola é caracterizada pelo descontentamento diante das suposições acerca do cuidado e atenção dos pais das crianças que ela acompanha. Lola enfatiza a intensa dedicação de tempo, atenção e cuidado aos filhos de terceiros. Movida pela necessidade de prover o sustento do lar, e assegurar melhores condições de vida para o próprio filho, Lola conseqüentemente, não dispõe de tempo para



dedicar-se ao seu filho nesta mesma proporção. O que reforça a sua frustração de não entregar ao próprio filho a atenção disponibilizada aos filhos de terceiros. Tais colocações também são evidenciadas na seguinte fala:

Mas assim, o mais difícil de conciliar o trabalho com a maternidade, é ter de deixar a minha filha para ir trabalhar. Porque a gente precisa trabalhar. Essa é a realidade, a gente precisa trabalhar. E aí, você tem que deixar o seu filho em casa para cuidar de outras crianças, né? (Glória, 32 anos).

É expressa, na fala de Glória, o dilema de conciliar a maternagem com o trabalho, resultando em sofrimento psíquico para a participante ao ter que delegar os cuidados de sua filha à terceiros. As demais participantes concordaram com a afirmação feita ela. Nesse sentido, Zanello (2023) nomeia o dispositivo materno como a disposição feminina de cuidar e acolher outros, seja no ambiente familiar, pessoal ou profissional. Assim, salienta-se a expropriação do dispositivo materno pelo sistema capitalista, que se evidencia tanto no contexto profissional, quanto na distribuição desigual das responsabilidades e cuidados dos filhos (GRADVOHLI *et al.*, 2014; SCHMIDT *et al.*, 2023).

Desde o início do século XX, observa-se uma feminização das profissões relacionadas ao cuidado, como, por exemplo, as profissões de professora, psicóloga e enfermeira. É importante ressaltar que, durante o período escravocrata, as mulheres negras realizavam trabalhos subalternizados, como babás e empregadas domésticas, após a abolição da escravatura, continuaram ocupando os mesmos ofícios, porém, recebendo baixos salários (ZANELLO, 2023).

Segundo Zanello (2023), a feminização das profissões do cuidado se correlaciona com a precariedade de salários, pois, se o cuidar é considerado uma característica inata das mulheres, culturalmente é esperado que seja exercido visando suprir a realização pessoal e vocacional. Ademais, as entrevistadas mencionam que o cuidado direcionado aos alunos se equipara ao “amor de mãe”, visto que, a construção cultural do ser professora coloca essas mulheres em um papel de “quase mãe” (CAMARGO *et al.*, 2018). As falas de Lola e Tiana abordam sobre a necessidade de suprir o cuidado, o amor, a atenção e o carinho faltosos na vivência dessas crianças:

Nós cuidadoras, pelo menos o meu sentimento é de fazer o meu melhor, de dar para aquelas crianças muitas coisas que a gente percebe que eles não têm em casa, que é a atenção, às vezes até limite a gente tem que impor, porque eles não recebem em casa (Lola, 40 anos).

Também foi extraído das falas das participantes o sacrifício de aspectos individuais em favor da carreira profissional, considerando um preço a ser pago em prol da independência financeira das mulheres-mães, além do sustento familiar.



Você tem a sua casa, você tá dentro da sua casa, tem um problema de saúde, tem que abdicar da sua saúde em função do trabalho. E é, infelizmente ou felizmente, é o hoje nosso, né, é o dia-a-dia da mulher que trabalha e que quer sua independência financeira. Então, assim, é doloroso (Vitória, 50 anos).

Segundo Costa (2018), percebe-se que o trabalho ganha um destaque central na vida da mulher. Mesmo diante das desigualdades de gênero, se entende o trabalho como uma atividade emancipatória feminina, configurando-se como um local identitário construído de maneira individual. Porém, a família ocupa um imenso espaço das inquietações advindas do ser mulher-mãe, salientando no que concerne à aspiração pela qualidade de vida a ser proporcionada aos filhos. Assim, com a intenção de alcançar e satisfazer tais aspirações, as mulheres se veem compelidas a adotar um ritmo de vida demasiadamente estressante que, por vezes, compromete sua saúde mental (COSTA, 2018; HINATA, 2010; SCHMIDT *et al.*, 2023).

Maternidade Além dos Limites: mães cuidadoras

Esta categoria aborda a experiência das mulheres-mães que não podem estar plenamente presentes no cuidado de seus próprios filhos, pois, saem de casa para cuidar do filho de outras mulheres. Na ocasião, foram explorados os aspectos emocionais envolvidos nessa situação, bem como os desafios e adversidades enfrentados por essas mulheres. Além disso, com base nas narrativas das participantes, foram extraídas questões sociais inerentes a esse processo:

A gente poderia ficar ali naquele momento e não pode, e vai ter que deixá-lo aos cuidados de outra pessoa para ir. E, quando a gente fala assim “para ir” para outros, é porque quando a gente trabalha com criança a gente diz “ai eu estou indo deixar o meu filho e estou indo cuidar de outras crianças”. E, talvez, as outras mães, com outros trabalhos, não se penalizam tanto [...] tipo, de estar deixando o filho com outro, porque tem que trabalhar e vê, assim, como uma coisa normal (Tiana, 48 anos).

A fala de Tiana ilustra sua percepção sobre a culpa de deixar seu filho em casa para ir trabalhar cuidando de outras crianças. A participante levanta a hipótese de que as mulheres-mães que não são profissionais do cuidado infantil talvez não se culpem tanto por delegar o cuidado dos filhos a terceiros, uma vez que precisam trabalhar.

A mulher-mãe, nesse cenário, enfrenta a necessidade de articular o cuidado com o filho e as demandas do trabalho. O sentimento de culpa se faz presente, pois, se o filho está em idade escolar, ela também deve contribuir para seu desenvolvimento educacional (GIL, 2021). Ademais, é destacado pelas participantes que, além de oferecerem suporte educacional e emocional para os próprios filhos, elas



direcionam essas emoções e afetos as crianças que estão sob seus cuidados profissionalmente: “A educação mais importante que um ser humano tem é a primeira infância [...] ali ele vai aprender tudo. Nós somos mães, nós somos tudo lá dentro” (Vitória, 50 anos) e “Então, muitas vezes, a gente tem que educar, fazer o papel dele. E aí, o que me dói mais é saber, às vezes, que um pai reclamou. Você sabendo que está dando o seu melhor e não está agradando o pai, né?” (Lola, 40 anos)

A fala de Vitória também enfatiza a naturalização da ocupação de creches e pré-escolas por mulheres, atuando como professoras, auxiliares ou cuidadoras, se assemelhando como uma substituição da figura materna. Assim, é uma responsabilidade feminina encarar os desafios da primeira infância. Também se destaca a sobrecarga e a responsabilidade de educar socialmente que é imposto a essas profissionais do cuidado infantil, como frisado por Lola.

As falas das participantes ilustram como o cuidado transborda da vida pessoal, passando pela maternidade e se estendendo ao ambiente profissional, reforçando a ideia de que o cuidado é uma função inata do ser mulher. Zanello (2023) conceitua isso como característico do Dispositivo Materno, em que a atribuição do cuidado às mulheres se torna uma subjetivação, marcando irreversivelmente a identidade das mulheres-mães:

A gente ter esse carinho, essa afeição pelo filho de quem deixa sob nossos cuidados, eu acho que é natural a gente que é mãe, a gente que tem esse sentimento de cuidar e a gente vai fazer isso por qualquer criança, e pelas que ficam sob nosso cuidado principalmente (Ângela, 23 anos).

Eu sinto essa maternidade. Eu levo essa maternidade junto pra minha sala, com as minhas crianças, não sei se é certo né, ou se é errado. A gente acaba se apegando, acaba levando a maternidade pra dentro da profissão, porque tem tanta criança carente disso, de um afeto, de um carinho mesmo ‘ah, não é minha mãe, mas o carinho é parecido’ (Tiana, 48 anos).

Segundo Zimmermann *et al.* (2021), o ato de cuidar está intrinsecamente relacionado à educação, pois educar é uma parte essencial do cuidado. Contudo, os trabalhos envolvendo profissões do cuidado são invisibilizados e negligenciados socialmente. Assim, com o cuidado sendo uma característica culturalmente inerente ao ser mulher, todas as mulheres são compreendidas como aptas a exercer o cuidar, não havendo a necessidade de uma formação e nem uma remuneração compatível com o trabalho laborioso.

As participantes também relataram satisfação em exercer o cuidado infantil, refletindo a valorização e o apoio ao desenvolvimento das crianças. Assim, estabelece-se uma dimensão expressiva, do cuidado, que vai além dos cuidados voltados para a saúde, abrangendo também o cuidado emocional e social (MUKHERJEE, 2023; ZIMMERMANN, 2021). Há uma entrega de si feita por mulheres-mães, de forma que, se dedicam ao ato de cuidar em todas as relações estabelecidas (ZANELLO, 2023). A inter-relação entre o cuidado na vida materna e na vida profissional é expressa na seguinte fala: “Então,



eu acho que é essa junção de cuidar fora e trazer pra nós, que somos mães, é o prazer de conseguir elevar o outro, sabe?” (Vitória, 50 anos).

O cuidado, portanto, revela-se como parte identitária do ser mulher, representando uma subjetivação do Dispositivo Materno (ZANELLO, 2023). Ao longo da história, construiu-se uma colonização dos afetos, que tem levado as mulheres a um estado permanente de culpa. Dessa forma, “Elas se culpam por cuidarem demais, por cuidarem de menos, por não cuidarem [...] por não se disponibilizarem a cuidar dos outros” (ZANELLO, 2016, p.114), como exemplificado pelas falas: “Eu saio para cuidar dos filhos dos outros, mas eu deixo o meu chorando” (Lola, 40 anos) e “Sempre a mãe é que parece que é a mais penalizada, ou então, a gente próprio se penaliza mais ainda” (Tiana, 48 anos).

É expresso por Lola e Tiana como o sentimento de culpa se faz presente. Percebe-se nas falas das participantes a culpa por ter que sair para cuidar de outra criança, mesmo que seja para conseguir o sustento do filho; a culpa por não conseguir dar esse cuidado, afeto e atenção de forma integral ao filho e ao trabalho. Essa sobrecarga pessoal e profissional resulta em uma penalização para essas mulheres-mães, impondo a elas, também um fardo emocional e psicológico, como é pontuado por Vitória:

E aí a gente às vezes se pergunta como é que a gente se neutraliza de tantas cargas, tantas cargas num ser humano só, né? [...] Então, a gente tem que cuidar do financeiro, mas tem que cuidar também do espiritual. Porque se a gente não tem o espiritual e só tem o financeiro, a gente se torna um ser doente, né? E é aí onde se envolve a saúde mental. O quê? Porque a nossa saúde mental, ela é a base do nosso corpo. O nosso corpo é a nossa cabeça. Se nós não tivermos a cabeça, nós não temos nada, né? Eu acho que nós somos guerreiras. [...] você tem que ser, tem que ser a super mulher, para lidar com todas as situações e conservar o seu bem maior que é a sua saúde mental. E essa é a maior dificuldade de cuidar do outro (Vitória, 50 anos).

436

A subjetivação do cuidado como uma condição identitária do ser mulher, resulta em um excesso de angústias na vivência dessas mulheres-mães que atuam como profissionais do cuidado infantil. Além disso, elas são marcadas pela dor e a martirização oriundas da necessidade de deixarem seus próprios filhos para cuidarem profissionalmente de outras crianças. Essas dimensões afetam as mulheres-mães de maneira profunda, causando impacto na saúde mental delas, pois, embora cuidem de todos, por vezes, não recebem o cuidado necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo revelaram que, embora a maternidade seja vivenciada de forma singular, refletindo o contexto individual de cada mulher, há aspectos compartilhados que remetem à construção cultural em torno do maternar. A experiência das mulheres-mães que atuam em profissões de



cuidado infantil demonstrou que, embora valorizem o papel que desempenham, enfrentam uma significativa sobrecarga psicológica.

Ao explorar a exaustão mental associada ao duplo papel de cuidado, percebe-se que, segundo a lógica patriarcal, é socialmente esperado que as mulheres assumam o papel de cuidadoras de forma natural desde o nascimento. A maternidade é culturalmente concebida como identitária ao ser mulher, representando uma subjetivação do *Dispositivo Materno*. Essa idealização da maternidade como um estado de felicidade plena impõe às mulheres renúncias e sacrifícios, exigindo que priorizem o bem-estar dos filhos, muitas vezes em detrimento de suas próprias necessidades e identidade.

As participantes compartilharam reflexões sobre o sentimento de culpa por não conseguirem estar plenamente presentes em todas as relações sociais, evidenciando como o ideal de "boa-mãe" as coloca em um constante estado de autoavaliação. Além disso, o trabalho de cuidado infantil, por sua natureza afetiva e emocional, demanda que essas profissionais sejam percebidas como figuras maternas substitutas. Esse cuidado, que transborda do âmbito pessoal para o profissional, é frequentemente desvalorizado, resultando em sentimentos de frustração pela falta de reconhecimento dos sacrifícios feitos.

A frustração e a angústia relatadas pelas participantes impactam negativamente o bem-estar psicológico dessas mulheres, agravadas pela ausência de apoio e pela carga da tripla jornada de trabalho. Essa sobrecarga leva muitas a se culpabilizarem por não conseguirem atender plenamente às demandas pessoais, familiares e profissionais.

Este estudo também aponta limitações importantes. A literatura existente sobre mulheres-mães atuantes no cuidado infantil é escassa, especialmente no que tange a investigações empíricas sobre as experiências e desafios específicos enfrentados por essas profissionais. Além disso, a condução de pesquisas qualitativas nesse campo enfrenta desafios, como o tempo restrito das participantes, evidenciando o cuidado como uma atividade integral e ininterrupta. Por essa razão, este estudo foi realizado de forma on-line.

Um aspecto relevante identificado é que a maioria das participantes se autodeclararam pardas, destacando que mulheres racializadas ainda compõem a maior parte do trabalho de cuidado. Esse dado reforça a importância de futuras pesquisas interseccionais que explorem as experiências de mulheres racializadas em profissões de cuidado infantil, considerando as dinâmicas de raça, gênero e classe.

Apesar dessas limitações, este estudo proporciona uma valiosa oportunidade para compreender as experiências de maternidade associadas ao exercício profissional do cuidado infantil. Os desafios enfrentados pelas mulheres-mães na conciliação da tripla jornada de trabalho destacam a necessidade de suporte psicológico e de políticas que reconheçam a sobrecarga dessas mulheres.



Este trabalho também abre caminho para futuras pesquisas, incluindo abordagens quantitativas, que aprofundem as múltiplas dimensões desse fenômeno. Durante o grupo focal, foi notável a concordância unânime entre as participantes sobre suas vivências, evidenciando empatia e compreensão mútua.

Por fim, o presente estudo reforça a importância promover maior visibilidade às mulheres-mães que, muitas vezes, sentem-se sobrecarregadas e solitárias. A escuta qualificada e o reconhecimento das suas lutas destacam a necessidade urgente de redes de apoio e suporte psicológico, essenciais para aliviar o peso da dupla prática do cuidado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. A. *et al.* “Maternidade e trabalho: Revisão integrativa da produção nacional entre 2010 e 2020”. **Trabalho (En) Cena**, vol. 8, 2023.

AKYILDIZ, S. T.; AHMED, K. H. “An overview of qualitative research and focus group discussion”. **International Journal of Academic Research in Education**, vol. 7, n. 1, 2021.

ANGARITA, S. L. A. “Configuración emocional en familias monoparentales: entramado de prácticas y saberes”. **Quaderns de Psicologia**, vol. 26, n. 3, 2024.

BADINTER, E. **O mito do amor materno**: Um amor conquistado. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BERGER, M. *et al.* “The sociocultural shaping of mothers’ doing, being, becoming and belonging after returning to work”. **Journal of Occupational Science**, vol. 29, n. 1, 2020.

BRAUN, V.; CLARKE, V. “Is thematic analysis used well in health psychology? A critical review of published research, with recommendations for quality practice and reporting”. **Health Psychology Review**, vol. 17, n. 4, 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. “Using thematic analysis in psychology”. **Qualitative Research in Psychology**, vol. 3, n. 2, 2006.

CAMARGO, D. *et al.* “De Cuidadora a Tia, De Tia a Professora: Ser profissional da educação infantil”. **Cadernos da Pedagogia**, vol. 11, n. 22, 2018.

CÉ, O. A. “Raiva materna: Construção discursiva da identidade de mãe na obra de Monica Isakstuen”. **Cadernos Literários**, vol. 29, n. 1, 2024.

CLARKE, V.; BRAUN, V. “Thematic analysis”. **The Journal of Positive Psychology**, vol. 12, n. 3, 2016.

COSTA, B. R. L. “Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica”. **Revista Interdisciplinar De Gestão Social**, vol. 7, n. 1, 2018.



COSTA, F. A. D. “Mulher, trabalho e família: Os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares”. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, vol. 3, n. 6, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOR, A. “Single motherhood by choice: Difficulties and advantages”. **Journal of Educational and Developmental Psychology**, vol. 11, 2021.

FREIRE, M. M. D. L. “Ser mãe é uma ciência! Mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, vol. 15, 2008.

GIL, M. I. S. “Mulher, mãe e professora: Desafios e ressignificações na prática docente e na pesquisa em tempos de ensino remoto”. **SCIAS - Educação, Comunicação E Tecnologia**, vol. 2, n. 2, 2021.

GOMES, N. P. *et al.* “Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração”. **Acta paulista de enfermagem**, vol. 20, 2007.

GRADVOHL, S. M. O. *et al.* “Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade”. **Pensando Famílias**, vol. 18, n. 1, 2014.

HIRATA, H. “Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia”. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, n. 88, 2010.

KITZINGER, J. “Focus groups with users and providers of health care”. *In*: POPE C.; MAYS, N. **Qualitative research in health care**. London: BMJ Books, 2000.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, A. “Motherhood, labor, and anti-fascism: the construction of refugee identity by Spanish women exiled in France, 1939–1976”. **Journal of Iberian and Latin American Studies**, vol. 27, n. 1, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MOTA-SANTOS, C. *et al.* “A Mulher em Tripla Jornada: Discussão Sobre a Divisão das Tarefas em Relação ao Companheiro”. **Revista Gestão e Conexões**, vol. 10, n. 2, 2021.

MUKHERJEE, D. “Governance of ‘Mothering’ and Motherhood Politics in a Traditional Society”. **Praxis International Journal of Social Science and Literature**, vol. 6, n. 4, 2023.

NASCIMENTO, S. D. “Precarização do trabalho feminino: A realidade das mulheres no mundo do trabalho”. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 14, n. 28, 2016.

NIEMISTÖ, C. *et al.* “Motherhood 2.0: slow progress for career women and motherhood within the ‘Finnish Dream’”. **Work, Employment and Society**, vol. 35, n. 4, 2021.

ROLIM, J. M. P. *et al.* “A Eficácia do Dispositivo Materno: Possíveis influências da romantização da maternidade na Saúde Mental de mães-solo na cidade de Arcoverde-PE”. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, vol. 2, n. 6, 2021.

ROSA, L. S.; MACKEDANZ, L. F. “A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências”. **Atos de Pesquisa em Educação**, vol. 16, 2021.



SCAVONE, L. “Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 5, 2001.

SCHMIDT, E. M. *et al.* “What makes a good mother? Two decades of research reflecting social norms of motherhood”. **Journal of Family Theory and Review**, vol. 15, n. 1, 2023.

SCHULER, L. S. V. “Maternidade e devoção no romance “Em teu ventre”, de José Luís Peixoto”. **Anais do IV Colóquio Internacional Estética e Existência**. João Pessoa: UFPB, 2021.

SILVA, C. G. *et al.* **Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados**. **Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. Goiânia: UFG, 2019.

SILVA, L. P. “Maternidade Solo e Dever de Cuidado dos Filhos: Reflexões acerca da sobrecarga feminina no sustento familiar”. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 286, 2024.

SILVA, M. S. “Motherhood”. *In*: DUARTE, M.; LOSLEBEN, K.; FJØRTOFT, K. **Gender Diversity, Equity, and Inclusion in Academia: a conceptual framework for sustainable transformation**. New York: Routledge, 2023.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. D. S. “Mulher e trabalho: A história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem”. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 11, 2003.

TAROCO, H. A. *et al.* “Mães Contemporâneas e o Mito do Amor Materno”. *In*: ZAGO, M. C. **As Várias Faces de Eva: O feminino na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Científica, 2023.

TRAD, L. A. B. “Grupos focais: Conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde”. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, vol. 19, n. 3, 2009.

WELS, É. S. ““Daquele filho vinha-lhe todo o bem e todo o mal”: O ideal de abnegação materna em A Caolha”. **REVELL: Revista de Estudos Literários da UEMS**, vol. 2, n. 25, 2020.

WILLEMSSEN, R. F. *et al.* “Online synchronous focus group interviews: Practical considerations”. **Qualitative Research**, vol. 23, n. 6, 2023.

WINNICOTT, D. W. **Collected papers: Through paediatrics to psychoanalysis**. New York: Routledge, 2013.

ZANELLO, V. **A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações**. São Paulo: Editora Appris, 2023.

ZANELLO, V.; PORTO, M. (orgs.). **Dispositivo materno e processos de subjetivação: Desafios para a Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

ZIMMERMANN, T. R. *et al.* “Análise de gênero a partir da economia do cuidado em tempos de pandemia: estudo de caso de mulheres-cuidadoras de crianças em CEMEI”. **Brazilian Journal of Development**, vol. 7, n. 3, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 20 | Nº 60 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima